

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações

Textos para Discussão

Diretoria de Pesquisas

Número 34

**O Acompanhamento Estatístico da Fabricação de Medicamentos na
Indústria Farmacêutica Brasileira.**

**Marcus José de Oliveira Campos
Luiz Antônio Casemiro dos Santos**

Rio de Janeiro
2009

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

ISSN 1518-675X **Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 972-85-240-4078-8

© IBGE. 2009

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2000.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Campos, Marcus José de Oliveira

O Acompanhamento estatístico da fabricação de medicamentos na indústria farmacêutica brasileira / Marcus José de Oliveira Campos, Luiz Antônio Casemiro dos Santos. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Estatísticas Econômicas e Classificações, 2009.

p. 30 – (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 34)

Inclui bibliografia.
ISBN 972-85-240-4078-8

1. Levantamentos industriais – Brasil. 2. Indústria farmacêutica – Brasil. 3. Indústria – Classificação. 4. Brasil – Produtos industrializados – Classificação. I. Santos, Luiz Antônio Casemiro dos. II. IBGE. Coordenação de Estatísticas Econômicas e Classificações. III. Título. IV. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2009-12

CDU 311.21:338.45(81)
ECO

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

O Acompanhamento Estatístico da Fabricação de Medicamentos na Indústria Farmacêutica Brasileira.

**Marcus José de Oliveira Campos.*
Luiz Antônio Casemiro dos Santos.****

* Economista da equipe de Coordenação das Estatísticas Econômicas e das Classificações–CEEC.

** Estagiário da equipe de Coordenação das Estatísticas Econômicas e das Classificações–CEEC.

Sumário

Apresentação	7
Resumo	9
Introdução	11
1- O levantamento estatístico da produção física da indústria brasileira: um breve histórico	11
2- O acompanhamento da produção de bens e serviços industriais pela pesquisa industrial anual – PIA	14
3- A concepção da PRODLIST	15
Principais critérios para designação de medicamentos	15
Classificação Central de Produtos – CPC	17
Princípio da CPC	18
Classificação de Produtos por Atividades – CPA	19
Princípio da CPA	19
Alinhando razões para determinação do modelo de representação	20
O desenvolvimento do projeto da PRODLIST	21
A participação das entidades empresariais no projeto	21
Propósitos da PRODLIST	22
Relação com outras classificações econômicas	22
4- Avaliação da proposta de novo modelo de lista de produtos para o setor farmacêutico	22
Anatomical Therapeutic Chemical Code – ATC	23
As críticas ao esquema da PRODLIST	25
5- Considerações finais	27
Referências bibliográficas	29

Apresentação

O presente texto se insere nas atividades de análise das críticas, fora dos muros institucionais, consideradas como contribuições para o aprimoramento dos modelos empregados nos procedimentos da elaboração de estatísticas.

As classificações e listas empregadas pelo IBGE se constituem em importantes marcos estruturais das pesquisas econômicas produzidas no país. Portanto, são bem acolhidas as oportunidades de reexame dos processos empregados em sua organização.

Com esta publicação o IBGE dá continuidade a sua linha de estudos e análises sobre o levantamento dos produtos da indústria farmacêutica, reconhecendo a importância do debate para o aprimoramento de seus instrumentos de pesquisa aplicados neste setor.

Sidnéia Reis Cardoso
Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificação

Resumo

No levantamento das estatísticas industriais, por intermédio de censos ou de pesquisas com base em amostras, procura-se obter informações específicas sobre os produtos fabricados pelas unidades de produção - entre estes, os farmacêuticos.

O modelo empregado para designar os fármacos, em listas que orientam a coleta de informações, desde 1998, toma como critério o princípio ativo presente nesses produtos. Todavia, as críticas realizadas por Marrone e Macedo (2007) aos resultados da PIA, sugerem o uso da classe terapêutica como critério de organização desses produtos. Conseqüentemente, representam uma oportunidade para avaliar não somente a crítica dos autores ao levantamento nas Pesquisas Industriais como, também, a ordenação da lista de produtos do IBGE sob outro enfoque metodológico.

Palavras-chave: Classificações Econômicas; Produção de medicamentos; Listas de produtos; Modelos de designação.

Introdução

O objetivo deste trabalho é examinar a proposta de um esquema alternativo para levantar a produção de medicamentos, apresentada por Marrone e Macedo (2007), nos Estudos FEBRAFARMA. Considerando que o volume das respostas dos informantes da PIA encontra-se, ainda, muito concentrado em medicamentos “não especificados”, procurou-se avaliar a contribuição dos autores, como uma opção para contornar essa situação.

O primeiro tópico é dedicado a um breve histórico do acompanhamento estatístico do IBGE da Produção Física da Indústria Brasileira. Em seguida, procurou-se, resumidamente, indicar a mudança do papel das Pesquisas Industriais nas estatísticas, quando passam a protagonistas das pesquisas estruturais. No terceiro, recupera-se a memória da concepção da PRODLIST, pavimentando o caminho para a avaliação da proposta dos autores, no tópico seguinte. No quinto e último, as considerações finais.

1- O levantamento estatístico da produção física da indústria brasileira: um breve histórico

Os registros de acompanhamento regular das estatísticas industriais remontam ao Recenseamento Geral de 1920¹.

Tomando, como ponto de partida, o levantamento censitário realizado em 1960², os Censos Industriais solicitaram, continuamente, informações sobre os produtos obtidos pelas indústrias nacionais. Afinal, é por intermédio desses registros que são determinadas as atividades econômicas das unidades estatísticas levantadas³.

A partir de 1966, com o objetivo de identificar as características estruturais básicas da atividade industrial no país, assim como as suas transformações num tempo mais curto, foi lançada a série compreendendo as Pesquisas Industriais. Com periodicidade anual, elas

¹ Os recenseamentos gerais de 1872, 1890 e 1900 abrangeram apenas os censos populacionais. Em 1920, além da população, cobriram a indústria e a agricultura (IBGE. 1969).

² Conforme o histórico da Pesquisa Industrial Anual: “O Censo Industrial de 1960, juntamente com o Registro Industrial de 1965, serviu de base para a primeira pesquisa industrial anual.” (<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pia/default.asp?o=16&i=P>. Acesso em abril de 2009).

³ No entanto, embora tenham sido apuradas, nem sempre as informações resultantes sobre a produção física foram divulgadas – como no caso do Censo Industrial de 1985.

tinham como base as amostras das empresas industriais e apresentaram resultados para os anos intercensitários⁴.

No Censo Industrial de 1960 foram publicados os resultados do levantamento sobre 1.214 produtos investigados, dos quais 25 eram medicamentos.

Inaugurando os levantamentos intercensitários, a “Pesquisa Industrial” (sua denominação não indicava a periodicidade anual) investigava 470 produtos. No entanto, os medicamentos listados, com a indicação de suas unidades de medida, não foram divulgados, embora constassem da listagem de produtos investigados.

As atualizações das listas de produtos tanto nas Pesquisas como nos Censos Industriais eram recíprocas. Contudo, as listas finais de produtos aplicadas nos Censos Industriais, em geral, eram mais extensas – em virtude da abrangência deste tipo de levantamento. Encerrados os levantamentos censitários, em 1985, o acompanhamento da produção de bens e serviços foi realizado por intermédio das Pesquisas Industriais, em mais de duas décadas⁵.

Reestruturada, em 1996, passou a ser denominada de “Pesquisa Industrial Anual – PIA”. A primeira versão da Lista de Produtos da Indústria - PRODLIST foi lançada em 1998.

A PRODLIST procurava acompanhar os moldes de sua congênera europeia - PRODCOM *List* – empregando como descritores de seus códigos as designações da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM (CAMPOS, 1998). Tal opção decorre, especialmente, da obrigatoriedade legal do preenchimento das notas fiscais com os códigos dos produtos da NCM, segundo a Tabela de Incidência do Imposto sobre os Produtos Industrializados - TIPI (ADUANEIRAS, 2007, p. 5). Desse modo, procurava-se facilitar a identificação do produto tanto por parte do informante como por parte do IBGE, na medida em que era possível recorrer aos códigos da NCM aplicados nas notas fiscais, amparando a identificação do bem de forma mais segura do que as descrições empregadas pelos informantes.

⁴ Os Censos Industriais foram realizados em intervalos decenais até o ano de 1970. Em novo intervalo, quinquenal, foram realizados os Censos Industriais de 1975, 1980 e 1985. O levantamento censitário foi interrompido depois de 1985, substituído por pesquisas anuais, captando empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas - com amostra para as demais empresas. (http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=IND04005. Acesso em 21/01/2009).

⁵ A série da PIA apresenta, até 1995, resultados em anos intercensitários, com exceção dos anos de 1971 e 1991. (<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pia/default.asp?o=16&i=P>. Acesso em 21/01/2009).

Em 2007 foram investigados 41 medicamentos, dentre 3.556 produtos e serviços de natureza industrial listados na Pesquisa Industrial Anual de 2007. (Quadro 1).

QUADRO 1
Acompanhamento da Produção Física dos Produtos Industriais
(Anos selecionados)

CENSOS e PIAS	Nº de Bens / Serviços Industriais⁶	Nº de Medicamentos Divulgados	% de Medicamentos Não Especificados	Listas ou Catálogos
CI 1960	1.214	25	----	SIM
CI 1970	2.243	31	36%	Listas em F.M.s
CI 1975	3.211	89	17,57%	CAP/74
CI 1980	4.251	89	6,42%	CAP/80 (com F.M.)
CI 1985	4.562	NÃO DIVULGADO	----	CAP/80 + Sup/85
PI 1966	470	NÃO DIVULGADO	----	SIM
PI 1973	1.019	8	64%	Listas em L.P.s
PI 1974	2.856	86	13,91%	CAP/74
PIA 1998	4.672	32	54,28%	PRODLIST (Lançamento)
PIA 2004	4.334	37	37,07%	PRODLIST
PIA 2005	3.950	41	34,95%	PRODLIST
PIA 2006	3.840	41	28,36%	PRODLIST
PIA 2007	3.556	41	31,20%	PRODLIST

⁶ Divulgados ou listados

2- O acompanhamento da produção de bens e serviços industriais pela Pesquisa Industrial Anual - PIA

Em 1996 é modificada a concepção do sistema de pesquisas e, nesse novo modelo, os Censos Econômicos quinquenais são substituídos por pesquisas anuais, tomando como base uma amostra de empresas industriais.

Nesse contexto, a Pesquisa Industrial Anual é reformulada, passando a se desdobrar em duas pesquisas: a Pesquisa Industrial Anual – Empresa e a Pesquisa Industrial Anual - Produto.

Segundo o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA⁷,

“A Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa) e a Pesquisa Industrial Anual - Produto (PIA-Produto) formam o núcleo central das estatísticas industriais. Têm por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento industrial brasileiro, e suas transformações ao longo tempo, bem como gerar informações anuais sobre o volume e o valor das vendas dos principais produtos fabricados pelo setor. Desse modo, enfocam a estrutura produtiva por dois prismas: das atividades industriais e dos produtos fabricados.” (SIDRA, 2009).

Na verdade, a PIA-Produto surgiu em 1998 , como uma ramificação da pesquisa voltada ao levantamento de informações específicas sobre a produção de bens e serviços industriais. Para tanto, foi elaborada uma lista de bens e serviços industriais específica: a PRODLIST.

Essa lista desenvolvida pelo IBGE, como já mencionado, seguia o modelo similar àquele adotado nas Comunidades Européias, a *PRODCOM List*. Além disso, estava associada aos códigos de produtos da NCM, vinculados, por lei, aos registros das Notas Fiscais de expedição de mercadorias das fábricas, segundo a legislação do IPI. Tal procedimento imprimiria maior segurança na declaração dos produtos ao IBGE, para além da descrição empregada pelo informante na declaração.

⁷ <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pia/default.asp?o=16&i=P>. (Acesso em abril de 2009).

3- A concepção da PRODLIST – o caso dos medicamentos

Principais critérios para designação de medicamentos

Para efeito de representação estatística da fabricação dos medicamentos⁸ faz-se necessário determiná-los (fixando-os), por algum critério que será adotado na relação (lista) pretendida, e descrevê-los, por intermédio de relatos escritos usados para defini-los, a partir de um vocabulário razoavelmente controlado. O critério estabelecido determinará o modelo de levantamento empregado nas pesquisas. Os dois princípios ou critérios empregados na designação - determinação e descrição - de medicamentos são:

i) Classe Terapêutica:

A partir deste princípio de discernimento, as designações empregadas para os medicamentos são ordenadas de acordo com o principal **uso terapêutico**. Portanto, os itens contidos nas listas apresentam uma organização de caráter fisiológico, isto é, os medicamentos são descritos segundo suas prescrições diante das funções orgânicas, processos ou atividades vitais, como o crescimento, a nutrição, a respiração, etc⁹.

ii) Princípio Ativo:

Neste critério, os medicamentos são organizados (designados) segundo a substância de estrutura química definida responsável por produzir uma alteração no organismo humano, isto é, o **princípio ativo usado**.¹⁰

Inevitavelmente, a preparação das listas (relações) de medicamentos usadas nos levantamentos estatísticos da **produção industrial** é influenciada por esses critérios. Observa-se, então, que as estatísticas internacionais poderiam navegar entre os dois modelos de levantamento da produção de medicamentos: um por princípio ativo, outro segundo as classes terapêuticas.

⁸ Assim como as relações para qualquer outro tipo de produto visando à criação de listas organizadas, com propósitos analíticos diversos, para as mais variadas finalidades – inclusive estatísticas.

⁹ “Os medicamentos agrupam-se de acordo com sua função no organismo, formando as classes farmacológicas. Aqueles que têm mais de uma função apresentam-se em mais de uma classe farmacológica” (DESTRUTI *et al.* 1999, p. 23).

¹⁰ “Princípio ativo - substância quimicamente ativa, responsável pela ação do medicamento...”. (DESTRUTI *et al.* 2004, p. 23).

No que diz respeito ao acompanhamento de produtos, uma lista de bens e serviços industriais se constitui no estágio imediatamente anterior à estruturação de um sistema ordenado de categorias de Classificação de Produtos, em qualquer modelo, caracterizando o passo inicial de sua elaboração. Portanto, além dos critérios anteriormente indicados, foram levados em conta os compromissos institucionais com as convenções internacionais empregadas nas estatísticas.

Nesse sentido, considerando que um sistema de nomenclaturas, com a finalidade de elaborar estatísticas econômicas, deve encontrar apoio nos processos de harmonização entre nomenclaturas e classificações, os esforços de padronização e conciliação das classificações ganharam importância em meados dos anos de 1970¹¹. Nessa corrente foram envolvidas as Nações Unidas, as Comunidades Europeias (CE) e, dentro do possível, o Conselho de Assistência Mútua Econômica (CAME). As iniciativas desses organismos procuravam convergir com o programa de harmonização de classificações preconizado pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (ONU, 1990, p. 3).

Em 1996¹² o IBGE realizou um movimento dirigido à elaboração de uma classificação de produtos, implicando procedimentos para além da mera substituição dos modelos anteriores, empregados para listar bens e serviços e aparentemente desvinculados das atividades econômicas. Para tanto, foram examinadas as convenções estabelecidas em programas internacionais e, em especial, os trabalhos efetuados nessa direção pelos grandes blocos econômicos, até aquela época – na segunda metade dos anos de 1990. (CAMPOS, 1998).

Observando as recomendações e as experiências internacionais praticadas até aquela ocasião, constatou-se a existência de dois modelos de classificação de produtos - ambos com a finalidade de aplicação como marcos estatísticos para o levantamento de produtos fabricados (valor e produção física): a CPC e a CPA, descritos em seguida.

¹¹ Documentos Oficiales del Consejo Económico y social, 62º período de sesiones, suplemento N° 2 (E/5910, § 128c).

¹² Na 5ª Reunião da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, em março de 1996, foi sugerida a organização de uma Subcomissão Técnica com a incumbência de tratar das questões relativas à Classificação de Produtos.

Classificação Central de Produtos – CPC

O primeiro modelo, a Classificação Central de Produtos – CPC, representava o esforço das agências internacionais empenhadas em alcançar os seguintes objetivos: i) o estabelecimento de uma classificação detalhada de todos os bens e serviços¹³; ii) a aprovação de um programa de harmonização das classificações diferentes, envolvendo as Nações Unidas, as Comunidades Europeias e o Conselho de Ajuda Econômica Mútua. Embora as classificações fossem diferentes, estavam relacionadas entre si, cobrindo tanto as atividades econômicas como os bens e serviços; iii) a Classificação Central de Produtos - CPC estava destinada a fornecer o instrumento básico nesse programa, aproveitando as subcategorias do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias - SH para os **bens transportáveis** e tendo em conta as categorias básicas especificadas no Sistema de Contas Nacionais (SCN) – consumo intermediário, consumo final, formação de capital, exportações e importações. (ONU. 1999, §§ 2-3).

A Comissão de Estatística das Nações Unidas examinou o projeto final e, em 1989, aprovou a sua publicação como documento **provisório** (interino). Assim, com o intuito de servir como suporte e provisão para revisões, a **CPC Provisional** foi publicada em 1991, sem um caráter definitivo. Levava em conta, também, as experiências adquiridas na elaboração da Classificação de Produtos por Atividade – CPA da União Europeia. (ONU. 1999, § 8).

A finalização do processo de revisão da CPC culminou com a aprovação da Versão 1.0, em 1997. Concluída, a divulgação de sua publicação ocorreu em 1999. Essa primeira série de revisões dedicou particular atenção à parte da classificação relativa aos serviços. De tal modo que a CPC, em sua primeira versão, acata as recomendações do Grupo de Voorburg - um foro consultivo oficioso de especialistas sobre Estatísticas de Serviços - que modificava a parte de serviços da CPC Provisional, coordenado pelo *Statistics Canada* (ONU. 1999, §§ 1-3-5).

Como classificação de caráter geral, a CPC oferece **menos** detalhes do que outros sistemas concretos de classificação, como por exemplo o Sistema Harmonizado – SH, utilizado nas estatísticas internacionais de comércio de produtos. (ONU. 1999, § 11).

¹³ Departamento de Asuntos Económicos y Sociales – División de Estadística. *Clasificación Central de Productos (CPC) – Versión 1.0*. Naciones Unidas: N. York, 1999.

No sistema CPC estão incluídas todas as categorias de produtos que podem ser objeto de transação nacional ou internacional ou que podem ser armazenados. Representam, portanto, produtos resultantes de uma atividade econômica, incluídos os bens transportáveis, os bens não-transportáveis e os serviços. A CPC inclui, ainda, os instrumentos jurídicos que representam a propriedade de ativos intangíveis – patentes, licenças, marcas registradas e direitos de autor - ainda que não sejam considerados como produtos no Sistema de Contas Nacionais. (ONU. 1999, § 12).

Princípio da CPC:

“A CPC classifica os produtos em categorias com base nas propriedades físicas e na natureza intrínseca dos produtos, assim como o princípio da origem industrial”. (ONU. 1999, § 15).

Cada subclasse das seções 0 a 4 da CPC (Agropecuária, Indústrias Extrativas e de Transformação) é equivalente às rubricas do Sistema Harmonizado – SH, considerando que o SH utiliza principalmente o critério das propriedades físicas dos bens, o que sugeriria facilitar a introdução da CPC, pois o SH era utilizado em muitos países para produzir as estatísticas de comércio internacional (ONU. 1999, § 16) e, em alguns deles, as **estatísticas de produção**¹⁴.

Ainda que o parágrafo 18 (ONU. 1999, p. 8) registre que “a importância da origem industrial tenha sido reconhecida na tentativa de agrupar em **uma só** subclasse da CPC os produtos que provêm de **uma só** indústria”, os parágrafos 19 e 20 (ONU. 1999, p. 9) apontam algumas dificuldades práticas como, por exemplo, a carne e os couros provenientes de matadouros. Como esses produtos são de naturezas diferentes, não são agrupados numa só categoria, nem sequer na mesma seção da CPC.

¹⁴ Como o Canadá, em 1998, segundo informe do consultor Jacob Rayten, oriundo daquele país.

Classificação de Produtos por Atividades – CPA

O segundo modelo, por sua vez, representava uma bem sucedida experiência¹⁵ da classificação de produtos vinculada à atividade econômica (origem), compreendendo a Classificação de Produtos por Atividades – CPA, desenvolvida pelos organismos europeus de produção de estatísticas econômicas, liderados pelo EUROSTAT¹⁶.

Conseqüentemente, o **princípio da CPA é a origem industrial**, ou, em outras palavras:

A atividade econômica onde os bens e serviços são produzidos determina a estrutura da Classificação de Produtos por Atividade (ONU, 2009).

A CPA é a “versão europeia” da CPC, alinhada às mesmas finalidades. Embora a CPC seja a classificação recomendada pelo organismo de estatística das Nações Unidas, há uma determinação jurídica de aplicação da CPA no levantamento, na organização e na disseminação dos dados econômicos da Comunidade Europeia. A CPA originalmente é derivada da CPC **provisória** e, portanto, correspondia à versão original do SH (ano-base 1988), o que resultou na sua versão de 1993. (*Statistical Classification of Products by Activity in the European Economic Community, 1993 version*)¹⁷.

É oportuno ressaltar que a CPA era - e ainda é - muito **mais detalhada** do que a CPC.

Portanto, como sistema testado por organismos de produção de estatísticas, a CPA era anterior à versão definitiva da CPC. Principalmente em razão do extenso exercício

¹⁵ Que já se apresentava consolidada, naquela ocasião.

¹⁶ O *Statistical Office of the European Commission* - EUROSTAT é o gabinete de estatísticas da União Europeia. Tem como função a organização das estatísticas para a Comissão Europeia, produzindo dados para a União Europeia e promovendo a harmonização dos métodos estatísticos entre os estados membros.

¹⁷ http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/nomenclatures/index.cfm?TargetUrl=LST_NOM&StrLanguageCode=EN&IntFamilyCode=&TxtSearch=&IntCurrentPage=2. (Acesso em abril de 2009).

prático desenvolvido na elaboração de listas de produtos transportáveis, usadas no levantamento estatístico da Comunidade Européia: a PRODCOM *List*¹⁸.

Alinhando razões para determinação do modelo de representação:

1ª) Foi constatada a existência de apenas dois grandes sistemas, em estágio mais avançado, em forma de classificação: a CPC, recomendada pela ONU, e a CPA, efetivamente aplicada na União Européia;

2ª) O sistema de representação dos produtos a ser adotado pelo IBGE deveria seguir a linha empregada por um grande bloco econômico, com o qual suas estatísticas poderiam ser comparadas;

3ª) O bloco do NAFTA (USA, Canadá e México) não se havia decidido, claramente, por uma das duas alternativas, naquela época. Destaca-se que, até este momento, o Bureau de Estatísticas dos EUA ainda não se decidiu por um modelo e indica, explicitamente, que suas listas de produtos **não** seguem a CPC – muito embora se assemelhem muito à CPA¹⁹. Atualmente, as estatísticas dos USA divulgam os produtos por classe terapêutica. Porém, não apresentam, ainda, uma lista para levantamento das informações sobre produtos industriais consolidada. No IPP americano, por exemplo, na seção de levantamento de produtos, os dois critérios vêm misturados: “aspirin”, o ácido acetilsalicílico, que é um **princípio ativo** e “anticonvulsant”, ou anticonvulsivo, que indica a **ação terapêutica** são relacionados numa mesma pesquisa

4ª) Entre 1996 e 1998, o IBGE recebeu os serviços do consultor Jacob Rayten, ligado ao *Statistics Canada*. Naquela época, quando inquirido sobre o sistema adotado em seu país, informou que as empresas locais usavam a classificação canadense de comércio exterior - instrumento derivado do SH - para registrar as informações estatísticas requisitadas por aquele órgão;

5ª) A CPA oferece muito mais detalhes do que a CPC. No caso de medicamentos, por exemplo, existe um só código na CPC (35260 – *Medicaments, for therapeutic or*

¹⁸ A primeira lista de produtos do PRODCOM foi publicada em 1993. http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/nomenclatures/index.cfm?TargetUrl=LST_NOM&StrLanguageCode=EN&IntFamilyCode=&TxtSearch=&IntCurrentPage=2. (Acesso em abril de 2009).

¹⁹ Conforme resumo de SANTOS, L.A.C., a partir de: www.census.gov/eos/www/naics (Acesso em 16/02/2009) e www.usatradeonline.gov/usatrade.nsf (Acesso em 19/02/2009).

prophylactic uses)²⁰, contra vinte e três medicamentos distribuídos em sete categorias da CPA.

O desenvolvimento do projeto da PRODLIST:

Diante dos itens apontados acima, optou-se, em 1998, pelo sistema adotado pela CPA, que vincula os produtos à origem, isto é, a atividade econômica onde o bem foi obtido, conforme a versão preliminar da Lista de Bens e Serviços Industriais: PRODLIST. (CAMPOS. 1998).

Como criar a possibilidade de comparação corresponde a um dos objetivos básicos das estatísticas, essa opção permitiu não só a criação de uma série histórica, hoje consolidada, de acompanhamento do desempenho da indústria nacional na última década, como também a possibilidade de confronto com um grande bloco econômico.

A participação das entidades empresariais no projeto:

A Comissão Nacional de Classificação - CONCLA enviou mais de setenta cartas-convite para o encontro de apresentação da proposta de definição da PRODLIST, realizado em São Paulo, em 14/08/97, para entidades empresariais tais como associações, federações, confederações, além de diversos organismos governamentais (ministérios, secretarias, etc.).

Dentre as entidades contatadas, trinta e oito responderam ao convite e trinta e cinco tomaram parte no evento.

Logo após, foram estabelecidas parcerias para desenvolvimento do projeto em conjunto com quinze associações e / ou entidades, que participaram ativamente da sua realização – oito ligadas aos setores relacionados com as transformações químicas: a química propriamente dita, a farmacêutica, a fabricação de tintas, os defensivos agrícolas, os produtos de uso da pecuária, etc.

Simultaneamente, o IBGE encaminhou listas de produtos para quinze entidades e/ou grandes empresas (como a Petrobrás, por exemplo) solicitando que fossem avaliadas as

²⁰ ONU. *Central Product Classification (CPC) Version 2*. Draft 15 August 2007.

propostas apresentadas. Dessa forma procurava cobrir as lacunas de outros importantes segmentos da indústria que não foram submetidos à análise de entidades especializadas – seis não se pronunciaram. Além disso, foi contratada consultoria para alguns setores específicos, para os quais o IBGE não encontrou interlocução. (CAMPOS, 1998).

Propósitos da PRODLIST:

Segundo o site da Comissão Nacional de Classificação²¹ – CONCLA,

“A Lista de Produtos e Serviços Industriais, PRODLIST - Indústria, desenvolvida como primeira etapa do projeto de elaboração de uma classificação central de produtos para o sistema estatístico nacional, tem como objetivo os levantamentos estatísticos da produção nacional de forma padronizada, possibilitando o uso articulado das informações estatísticas com as relativas aos fluxos de importação e exportação.” (IBGE, 2009).

Relação com outras classificações econômicas:

A PRODLIST está relacionada com a **CNAE** - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (que determina os quatro primeiros dígitos da chave numérica de seus códigos), com a **NCM** – Nomenclatura Comum do Mercosul e com a **CPC** – Classificação Central de Produtos²².

4- Avaliação da proposta de novo modelo de lista de produtos para o setor farmacêutico

No volume de nº 12 dos Estudos FEBRAFARMA, uma coleção editada pela Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica, Marrone e Macedo (2007) publicaram o artigo ‘Panorama Econômico dos Principais Segmentos do Setor Farmacêutico Brasileiro’, propondo uma análise do setor por intermédio de uma nova metodologia para designar produtos, segundo as classes terapêuticas.

²¹ <http://www.ibge.gov.br/concla/prodlistindustria/prodlistindustria.php?sl=1> (Acesso em abril de 2009).

²² Existe, também, a correspondência com a Classificação de Categorias de Uso da ONU: *Broad Economic Categories - BEC*.

A introdução do texto em análise indica que “o objetivo final é o de contribuir para o melhor conhecimento do setor e para o melhor direcionamento das políticas governamentais...” (2007, p. 7). A metodologia empregada pelos autores compreendeu a reunião dos fármacos por princípios ativos em diferentes grupos e subgrupos (níveis) de acordo com o órgão ou sistema humano sobre o qual atuam, e segundo as propriedades químicas, farmacológicas e terapêuticas (2007, pp. 7-8), indicando que:

“A amostra de produtos foi selecionada a partir de uma lista de produtos (PRODLIST - IBGE) originada da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CNAE 24.52 (Fabricação de medicamentos para uso humano), e da Nomenclatura Comum do Mercosul, NCM 3003 (Medicamentos vendidos a granel) e NCM 3004 (Medicamentos vendidos em unidades)”. (2007, p. 8).

A justificativa do trabalho tem como origem:

“As recorrentes exploração e utilização do ‘sistema nacional de classificação de produtos farmacêuticos’, necessárias para desenvolver este estudo, e a comparação desse sistema com os de outros países²³, foram exercícios que nos levaram a identificar e a compreender as profundas falhas do nosso próprio sistema classificatório”. (2007, p. 8).

Anatomical Therapeutic Chemical Code – ATC

A proposta de análise, indicada por Marrone e Macedo, toma como base o agrupamento das informações por classes terapêuticas empregado no sistema de classificação ATC (*Anatomical Therapeutic Chemical Code*). Ressaltam os autores, ainda, que esse critério também é utilizado pela OMS (Organização Mundial de Saúde).

Na análise realizada neste trabalho, as sondagens preliminares²⁴ sobre o ATC, no entanto, mostraram resumidamente:

²³ Embora mencionado como intenção, aparentemente, a comparação foi realizada somente com os EUA.

²⁴ Efetuadas por meio dos sites www.whocc.no/atcddd/atcssystem.html (acesso em abril de 2009) – como órgão responsável pelo ATC - e www.rivm.nl/who-fic/Colognepapers/cologne112.rtf (acesso em abril de 2009) – resultante da reunião de dois centros colaboradores da OMS (Suécia e Noruega) para avaliar a integração desse sistema à Família de Classificações Internacionais daquela organização: OMS - FIC.

1- O ATC foi estabelecido como sistema de classificação visando à investigação no campo do **uso (consumo)** de medicamentos. O relato histórico do órgão responsável²⁵ por seu desenvolvimento registra:

“A investigação no campo do **uso** de medicamentos tem atraído um crescente interesse desde sua origem, na década de 1960. Em um simpósio em Oslo, em 1969, intitulado ‘O consumo de drogas’, foi acordado que seria necessário um sistema de classificação, internacionalmente aceito, para estudos de **consumo**. No mesmo simpósio, o *Drug Utilization Research Group* (DURG) foi encarregado de criar e desenvolver métodos internacionalmente aplicáveis para a investigação do **uso** de medicamentos”. (WHOCC, 2009). (nosso grifo)

2- Com a finalidade de medir o uso de drogas, o grupo avaliou que seria importante ter tanto um sistema de classificação como uma unidade de medida apropriada. Uma técnica, então, foi desenvolvida para medir a Dose Diária Definida (DDD), para ser utilizada nos estudos sobre fármacos. (WHOCC, 2009).

3- Como critério de classificação, tem-se:

“Os medicamentos são classificados de acordo com o **principal** uso terapêutico do **principal ingrediente ativo** (princípio ativo)”. (WHOCC, 2009).

4- Classificações cruzadas:

Em “Princípios da Classificação ATC”, o órgão responsável por sua administração e manutenção reconhece que:

“A um medicamento **pode ser atribuído mais de um código ATC** caso seja disponível em duas ou mais concentrações ou com formulações claramente diferentes para **utilizações terapêuticas distintas**“. (WHOCC, 2009). (nosso grifo).

²⁵ [WHO Collaborating Center for Drug Statistics Methodology](#). Norwegian Institute of Public Health.

Segundo o site da WHOCC – *World Health Organization Collaborating Center*: “isso, frequentemente, originará várias alternativas de classificação”, admitindo que “**existem as referências cruzadas**, para as quais o organismo orientará na indicação dos vários usos de tais drogas”. (WHOCC, 2009).

Como é recomendado, exaustivamente, pelos principais organismos internacionais de elaboração de estatísticas socioeconômicas, os códigos de uma classificação justa (precisa) são, obrigatoriamente, mutuamente excludentes. Portanto as classificações econômicas devem seguir o princípio empregado em lógica conhecido como “terceiro excluído”, isto é, uma definição para uma dada coisa indica o que ela é ou o que ela não é, não existe uma terceira alternativa. Logo, grandezas²⁶ definidas para posterior contabilização são identificadas por um só código, e apenas um. Assim sendo, as classificações cruzadas são fatais para qualquer tipo de contagem minimamente rigorosa, sendo contra-indicado aplicar o sistema ATC nos sistemas estatísticos de levantamento da produção.

As críticas ao esquema da PRODLIST

Ao que parece, o principal alvo da crítica é a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM²⁷ para medicamentos, embora sejam questionados de forma direta tanto instrumentos como resultados produzidos pelo IBGE.

No que concerne ao instrumental desenvolvido pelo IBGE, estão embaralhadas, no texto, referências à classificação de atividades econômicas e à lista de produtos²⁸ (marcos estruturais das pesquisas do IBGE) com a nomenclatura aduaneira. Isso gera confusão entre os objetos, campos e aplicações das classificações de atividades e das listas de produtos para fins estatísticos - instrumentos distintos, a despeito de seus vínculos – e a nomenclatura aduaneira.

Quanto aos resultados, os autores indicam que **59%** do valor da produção nacional “são definidos pelo ‘sistema’ de classificação do IBGE como ‘medicamentos contendo

²⁶ Aplica-se, aqui, a concepção matemática de ‘entidades suscetíveis de medida’, considerando que o padrão estabelecido pelo código do produto constitui o modelo oficial de medidas (possibilitando contagens) para a realização de estatísticas.

²⁷ Ver página 81, em duas ocasiões.

²⁸ O texto menciona um “sistema nacional de classificação para produtos” que ainda não existe no IBGE.

produtos misturados ou não, não especificados” (2007, p. 80). Procurando esclarecer este ponto, reproduz-se a lista de medicamentos no quadro 2, a seguir:

QUADRO 2
PIA 2004 - Produção de medicamentos

DESCRIÇÃO DOS MEDICAMENTOS PARA USO HUMANO	(1.000 R\$)	%TOT.
Medicamentos à base de acetato de tocoferol	49.650	
Medicamentos à base de ácido ascórbico	230.303	
Medicamentos à base de amoxicilina e seus sais	596.650	
Medicamentos à base de ampicilina e seus sais	79.028	
Meds. à base de atenolol	125.832	
Medicamentos à base de cafeína	293.410	
Medicamentos à base de captopril	358.808	
Medicamentos à base de ceftriaxona	188.019	
Medicamentos à base de cetoconazol	77.013	
Medicamentos à base de cloridrato de lincomicina	3.608	
Medicamentos à base de dipirona	304.752	
Medicamentos à base de enzimas	116.120	
Medicamentos à base de estroptomicinas e seus derivados	(X)	
Medicamentos à base de hormônios corticossupra-renais	183.380	
Medicamentos à base de insulina, mas não contendo antibióticos	(X)	
Medicamentos à base de loratadina	198.048	
Medicamentos à base de lovastatina	3.836	
Medicamentos à base de nimesulida	137.284	
Medicamentos à base de outras lincosamidas ou seus derivados	57.215	
Medicamentos à base de outras penicilinas	118.206	
Medicamentos à base de outros antibióticos	679.994	5,14
Medicamentos à base de outros hormônios, mas não contendo antibióticos e nem insulina	846.517	
Medicamentos à base de oxitetraciclina	99.361	
Medicamentos à base de vitamina A (retinol) e seus sais	15.401	
Medicamentos contendo produtos misturados ou não misturados, N. E.	4.907.707	37,07
Medicamentos, N.E. , à base de ácidos nucléicos e seus sais, outros heterocíclicos - exclusive cetoconazol	435.587	3,29
Medicamentos, N.E. , à base de compostos das funções carboxiamida e amida do ácido carbônico - exceto atenolol	250.327	1,89
Medicamentos, N.E. , à base de compostos heterocíclicos exclusivamente de heteroátomos de nitrogênio - exceto dipirona, captopril e loratadina	1.392.421	10,52
Medicamentos, N.E. , à base de outras vitaminas- exceto vitamina A, ácido ascórbico e tocoferol	272.664	2,06
Medicamentos, N.E. , à base de outros alcalóides ou seus derivados - exceto cafeína	122.328	0,92
Medicamentos, N.E. , à base de sulfonamidas - exceto nimesulida	224.311	1,68
Preparações químicas contraceptivas à base de hormônios ou de espermicidas	205.425	
Soros específicos de animais e outros constituintes do sangue, para medicina humana	(X)	
Soros específicos de uso humano e outros constituintes do sangue	495.152	
Vacinas para medicina humana	(-)	
TOTAL - exceto desidentificados e não informados	13.068.357	
TOTAL	13.238.310	

Observa-se, a partir do quadro 2, que a participação da produção desse código no total do valor da produção de medicamentos é **37,07%**. Existe, portanto, a possibilidade de que os autores tenham somado todos os produtos onde aparece o termo “não especificado” para chegar perto da porcentagem (maior) que indicaram, pois não constam do artigo os produtos que utilizaram para atingir o percentual mencionado.

É prática habitual, destacar, apenas, os produtos considerados relevantes - em todas as listas, nomenclaturas e sistemas de classificação de produtos para levantamentos estatísticos. Por sua vez, os produtos ou conjunto de produtos considerados menos expressivos (economicamente ou para efeito de comparações locais ou não), ou, ainda, cujos produtores sejam facilmente identificáveis²⁹, são passíveis de agregação em “outros” ou em “não especificados” sob determinados grupamentos com essa finalidade, como, por exemplo:

Os “medicamentos não especificados, à base de outras vitaminas - exceto vitamina A, ácido ascórbico e tocoferol” – que reúnem todos os demais à base de vitaminas que não sejam exclusivamente aquelas conhecidas como A, C e E, anteriormente relacionadas – segundo variados modelos internacionais. Portanto este produto não deveria ser computado como “não especificado”, num sentido restrito - visando a ancorar um argumento crítico. Tal decisão não faz sentido para as operações de classificação, não só no ramo das estatísticas como em qualquer outro domínio.

5- Considerações finais

Mirando a produção de estatísticas industriais, deve-se reconhecer que persistem, ainda, obstáculos ao levantamento da produção (valor e volume) de medicamentos. Contudo, o exame aqui realizado indica que o modelo adotado com base no sistema de classificação ATC, proposto por Marrone e Macedo (2007), não se coaduna com os propósitos de levantamento da oferta, no que concerne, de modo efetivo, à produção de bens e serviços de caráter industrial.

²⁹ Devido ao compromisso de sigilo, evita-se a identificação dos informantes, apresentando-se como alternativas: ou “desidentificar” a informação isolada ou agregá-la em produtos não especificados.

Para contornar o problema atual, acredita-se que a melhor ação – visando não só às informações da PIA, mas, também, da PIM e do IPP – seria “abrir” e explorar as informações sob o código de medicamentos não especificados informados na PIA, caso sejam realmente fabricados no país (nos cruzamentos de informações entre PIM e PIA, há indícios de que algumas unidades não produzem, de fato).

Pesquisas preliminares em três sites de grandes fabricantes (Bayer, Eli Lilly e Pfizer) indicam que: i) há informação dos princípios ativos produzidos, em destaque nas páginas visitadas; ii) é possível vincular, em grande parte, os princípios ativos com a NCM; iii) alguns dos medicamentos não apresentam um código de NCM³⁰. Contudo, não se constituem em obstáculo para a criação de um código para PRODLIST.

Portanto julga-se que nova consulta deveria ser realizada junto aos informantes, propiciando confirmar se efetivamente produzem medicamentos³¹ (ou se apenas embalam, ou se contratam a fabricação por terceiros), revisar a codificação empregada ou, ainda, verificar se há a necessidade de inclusão de novos códigos.

Finalmente, acredita-se que seria altamente produtivo para o aperfeiçoamento da Lista de Bens e Serviços Industriais e, conseqüentemente, da futura Classificação de Produtos, a realização de um esforço conjunto entre o IBGE e a FEBRAFARMA, como recomendado no trabalho aqui examinado (MARRONE e MACEDO. 2007, p. 44).

³⁰ O que é possível, considerando que o Manual de Classificação da NCM indica a possibilidade da inexistência de código para alguns produtos. Quando isso ocorrer, deverá ser considerada a codificação do Sistema Harmonizado – SH (ADUANEIRAS. 2007, p. 3).

³¹ Existem indícios de que o número de informações na PIA para medicamentos N.E. foi inchado por informações de produtos somente embalados ou produzidos por terceiros, a partir de encomendas. Confirmados os indícios, não existe, de fato, a produção informada - pelos critérios de levantamento empregados nas estatísticas econômicas.

Referências Bibliográficas:

- ADUANEIRAS. *Manual de Classificação da NCM*. São Paulo: Aduaneiras – Centro de Orientação Fiscal, 2007. (4ª Edição).
- CAMPOS, Marcus José de Oliveira. *Lista de Bens e Serviços Industriais – PRODLIST (Versão Preliminar)*. Rio de Janeiro: IBGE / CEE, Novembro de 1998.
- CENSO INDUSTRIAL 1970. *Produção Física Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. (Volume V).
- CLASIFICACION NACIONAL DE PRODUCTOS POR ACTIVIDADES DE 1996 (CNPA-96). Instituto Nacional de Estadística. Madrid: INE. 1996.
- DESTRUTI, A. B. C. B.; ARONE, E. M.; PHILLIPI, M. L. S. *Introdução à Farmacologia*. S. Paulo: SENAC, 2004.
- DESTRUTI, A. B. C. B.; ARONE, E. M.; PHILLIPI, M. L. S. *Cálculos e Conceitos em Farmacologia*. S. Paulo: SENAC, 1999.
- LISTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS INDUSTRIAS - PRODLIST-Indústria. <<http://www.ibge.gov.br/concla/prodlistindustria/prodlistindustria.php?sl=1>>. (Acesso em 04 de março de 2009).
- MARRONE, Patrícia & MACEDO, Roberto. *Panorama Econômico dos Principais Segmentos do Setor Farmacêutico Brasileiro: Uma Análise por meio de Nova Metodologia de Classificação, Segundo Classes Terapêuticas, Incluindo Comparações Internacionais*. Brasília: FEBRAFARMA, 2007.
- NESH. *Notas Explicativas do Sistema Harmonizado*. São Paulo: Aduaneiras, 2008. (4ª Edição).
- ONU. *Central Product Classification (CPC)*. Version 2. Draft 15 August 2007. New York: UNSD, 2007.
- ONU. *Clasificación Central de Productos (CPC)*. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales – División de Estadística.– Versión 1.0. Naciones Unidas: N. York, 1999.
- ONU. *Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las actividades Económicas – CIIU*. Serie M, Nº 4, Tercera Revisión. Neuva York: Informes Estadísticos, 1990.
- PESQUISA INDUSTRIAL 1973. *Listas de Produtos (L..P. do nº 1 ao nº 8)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. (Volume V).
- PESQUISA INDUSTRIAL 1974. *Catálogo de Produtos – CAP*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. (Volume V).
- PESQUISA INDUSTRIAL 1974. *Produção Física*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. (Tomo 6).
- PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL 2001. *Lista de Bens e Serviços Industriais – PRODLIST 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL 1966. Guanabara: IBGE, 1969. (Volume I).
- SANTOS, Luiz Antônio Casemiro. *Levantamento da Classificação de Produtos Norte americana: Um Resumo*. Rio de Janeiro: IBGE / CEEC, Março de 2009.
- http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/nomenclatures/index.cfm?TargetUrl=LST_NOM&StrLang=ua&IntFamilyCode=&TxtSearch=&IntCurrentPage=2. (Acesso em abril de 2009).
- http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=IND04005 (Acesso em 21/01/2009).

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pia/default.asp?o=16&i=P> (Acesso em abril de 2009).

www.census.gov/eos/www/naics (Acesso em 16/02/2009)

www.rivm.nl/who-fic/Colognepapers/cologne112.rtf (Acesso em abril de 2009).

www.usatradeonline.gov/usatrade.nsf (Acesso em 19/02/2009).

www.whooc.no (Acesso em abril de 2009).

www.whooc.no/atcddd/atcsystem.html (Acesso em abril de 2009).

www.whooc.no; www.rivm.nl/sho-fic (Acesso em abril de 2009).

www.pfizer.com.br/interna.aspx?idConteudo=3 (Acesso em abril de 2009).

www.lilly.com.br (Acesso em abril de 2009).

<http://www.bayerscheringpharma.com.br> (Acesso em abril de 2009).

Textos para Discussão já publicados

Antiga série

- 📖 Pesquisas Contínuas da Indústria - Vol. 1, nº 1, janeiro 1988
- 📖 Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia - Vol. I, nº 2, 1988
- 📖 Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI - Vol. I, nº 3, março 1988
- 📖 O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão - Vol. I, nº 4, abril 1988
- 📖 Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020 - Vol. I, nº 5, maio 1988
- 📖 Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação - Vol. 1, nº 6, agosto 1988
- 📖 A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80 - Vol. I, nº 7, setembro 1988
- 📖 Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas - Vol. I, número especial, outubro 1988
- 📖 Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária - Vol. I, nº 9, setembro 1988
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
- 📖 Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo - nº 11, janeiro 1989
- 📖 De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino - nº 12, fevereiro 1989
- 📖 Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados - nº 13, fevereiro 1989
- 📖 Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980 - nº 14, maio 1989
- 📖 As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs - nº 15, maio 1989
- 📖 As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 16, junho 1989
- 📖 Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - nº 17, agosto 1989
- 📖 Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - nº 18, agosto 1989
- 📖 Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - nº 19, setembro 1989
- 📖 Uma Análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - nº 20, outubro 1989
- 📖 Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso Brasileiro - nº 21, novembro 1989
- 📖 Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados - nº 22, novembro 1989
- 📖 O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 23, dezembro 1989
- 📖 Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais - nº 24, dezembro 1989
- 📖 Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas - nº 25, janeiro 1990
- 📖 Ensaio sobre a Produção de Estatística - nº 26, janeiro 1990
- 📖 O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - nº 27, fevereiro 1990
- 📖 Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados - nº 28, fevereiro 1990
- 📖 Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - nº 29, março 1990
- 📖 Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - nº 30, abril 1990

- 📖 Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 - **nº 31**, maio 1990
- 📖 Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - **nº 32**, maio 1990
- 📖 A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - **nº 33**, junho 1990
- 📖 Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - **nº 34**, julho 1990
- 📖 A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - **nº 35**, agosto 1990
- 📖 Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - **nº 36**, setembro 1990
- 📖 Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - **nº 37**, outubro 1990
- 📖 A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - **nº 38**, novembro 1990
- 📖 Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - **nº 39**, dezembro 1990
- 📖 A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - **nº 40**, janeiro 1991
- 📖 A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - **nº 41**, fevereiro 1991
- 📖 Ensaio sobre Estatísticas do Setor Produtivo - **nº 42**, março 1991
- 📖 A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - **nº 43**, março 1991
- 📖 Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980 - **nº 44**, abril 1991
- 📖 Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970-1980 - **nº 45**, abril 1991
- 📖 A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições - **nº 46**, maio 1991
- 📖 A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais - **nº 47**, maio 1991
- 📖 Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras - **nº 48**, junho 1991
- 📖 Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro - **nº 49**, junho 1991
- 📖 As Estatísticas e o Meio Ambiente - **nº 50**, julho 1991
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes: 1981-85 Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto - **nº 51**, julho 1991 (2 Volumes: Volume 1 - Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- 📖 O Censo Industrial de 1985 - Balanço da Experiência - **nº 52**, agosto 1991
- 📖 Análise da Inflação Medida Pelo INPC 1989 - **nº 53**, agosto 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Questão Amostral: Módulo II do Anteprojeto - **nº 54**, setembro 1991
- 📖 A Força de Trabalho e os Setores de Atividade - Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990 - **nº 55**, outubro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: Apuração das Informações: Módulo III do Anteprojeto - **nº 56**, novembro 1991
- 📖 Novos Usos para Pesquisa Industrial Mensal: A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária - **nº 57**, novembro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Disseminação das Informações Módulo IV do Anteprojeto - **nº 58**, dezembro 1991
- 📖 Estatísticas Agropecuárias : Sugestões para o Novo Plano Geral de Informações - **nº 59**, dezembro 1991
- 📖 Análise Conjuntural e Pesquisa Industrial - **nº 60**, janeiro 1992
- 📖 Exploração dos Dados da Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais - **nº 61**, fevereiro 1992
- 📖 Uma Proposta de Metodologia para a Expansão da Amostra do Censo Demográfico de 1991 - **nº 62**, outubro 1993
- 📖 Expansão da Fronteira e Progresso Técnico no Crescimento Agrícola Recente - **nº 63**, novembro 1993

- 📖 Avaliação das Condições de Habitação com Base nos Dados da PNAD - **nº 64**, setembro 1993
- 📖 Análise da Taxa de Desemprego Feminino no Brasil – **nº 65**, dezembro 1993
- 📖 Aspectos da Metropolização Brasileira: Comentários sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991- **nº 66**, janeiro 1994
- 📖 Estimativas Preliminares de Fecundidade Considerando os Censos Demográficos, Pesquisas por amostragem e o Registro Civil - **nº 67**, janeiro 1994
- 📖 Apuração de Dados no IBGE: Problemas e Perspectivas - **nº 68**, fevereiro 1994
- 📖 Limeira - SP: Estimativas de Fecundidade e Mortalidade 1980/1988 - **nº 69**, março 1994
- 📖 Desemprego - Uma Abordagem Conceitual - **nº 70**, abril 1994
- 📖 Apuração dos Dados Investigados no Questionário Básico (CD 1.01) do Censo Demográfico de 1991 - **nº 71**, outubro de 1994
- 📖 Deslocamento Populacional e Segregação Sócio-Espacial – Migrantes Originários do Rio de Janeiro - **nº 72**, novembro de 1994
- 📖 Projeção Preliminar da População do Brasil para o Período 1980-2020 - **nº 73**, dezembro de 1994
- 📖 Considerações Preliminares Sobre a Migração Internacional no Brasil - **nº 74**, janeiro de 1995
- 📖 Estatísticas Agropecuárias Censitárias no Âmbito do Mercosul - Brasil, Argentina e Uruguai - **nº 75**, julho de 1995
- 📖 Projeções Preliminares das Populações das Grandes Regiões para o Período 1991-2010 - **nº 76**, agosto de 1995
- 📖 Dinâmica da Estrutura Familiar no Sudeste Metropolitano, Chefia Feminina e Indicadores Sócio-Demográficos: Um exercício exploratório utilizando modelo da regressão múltipla - **nº 77**, setembro de 1995
- 📖 O Uso das Matrizes de Insumo-Produto e Matrizes de Inovação para Medir Mudanças Técnicas - **nº 78**, outubro de 1995
- 📖 Estimativas dos Fatores de Correção para o Registro de Nascimentos Utilizando Registros tardios a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas 1974/1994 - **nº 79**, abril de 1996
- 📖 Aspectos de Amostragem Relativos ao Censo Cadastro de 1995 - **nº 80**, junho de 1996
- 📖 Tendências Populacionais no Brasil e Pressão Sobre o Mercado de Trabalho Futuro - **nº 81**, setembro de 1996
- 📖 Transformações Estruturais e Sistemas Estatísticos Nacionais - **nº 82**, setembro de 1996
- 📖 Metodologias para o Cálculo de Coeficientes Técnicos Diretos em um Modelo de Insumo-Produto - **nº 83**, outubro de 1996
- 📖 Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico de 1991 - **nº 84**, outubro de 1996
- 📖 Componentes da Dinâmica Demográfica Brasileira: Textos Selecionados - **nº 85**, novembro de 1996
- 📖 Apuração dos Dados Investigados pelo Questionário da Amostra - CD 1.02 do Censo Demográfico de 1991 - **nº 86**, dezembro de 1996
- 📖 Estudo Preliminar da Evolução dos Nascimentos, Casamentos e Óbitos 1974-1990 - **nº 87**, janeiro de 1997
- 📖 Sistema de Contas Nacionais - Tabelas de Recursos e Usos - Metodologia - **nº 88**, dezembro de 1997
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Economia Informal Urbana 97 - **nº 89**, junho de 1998
- 📖 Comparações da Renda Investigada nos Questionários do Censo Demográfico de 1991 - **nº 90**, julho de 1998

- 📖 Uma Revisão dos Principais Aspectos dos Planos Amostrais das Pesquisas Domiciliares Realizadas pelo IBGE - nº 91, setembro de 1998
- 📖 Planejamento Amostral para as Pesquisas Anuais da Indústria e do Comércio - nº 92, outubro de 1998
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996 - nº 93, dezembro de 1998
- 📖 Reflexões sobre um Programa de Estatísticas Ambientais - nº 94, abril de 1999
- 📖 O Comportamento das Importações e Exportações Brasileiras com Base no Sistema de Contas Nacionais 1980 - 1997 (versão preliminar) - nº 95, maio de 1999
- 📖 Meio Ambiente: sua integração nos sistemas de informações estatísticas - nº 96, maio de 1999
- 📖 Conta da Terra: considerações sobre sua realização no Brasil - nº 97, dezembro de 1999

Textos para discussão - nova série

- 📖 **Número 1** - Sistema integrado de contas econômico-ambientais - SICEA : síntese e reflexões / Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 2000.
- 📖 **Número 2** - Aspectos da produção de informação estatística oficial no contexto da sociedade atual : algumas questões teórico-metodológicas / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2000
- 📖 **Número 3** - A Cor denominada : um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho/98 / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000.
- 📖 **Número 4** - Indicadores para a agropecuária - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Agropecuária, 2001.
- 📖 **Número 5** - Estudos para definição da amostra da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário / Ana Maria Lima de Farias. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Indústria, 2001.
- 📖 **Número 6** - A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002..
- 📖 **Número 7** - Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000 / Sonia Oliveira, Ana Lucia Sabóia, Bárbara Cobo - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- 📖 **Número 8** - Principais Aspectos de Amostragem das Pesquisas Domiciliares do IBGE - revisão 2002 / Zélia Magalhães Bianchini e Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 9** - Censo Demográfico 2000 - Resultados da Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta / Luís Carlos de Souza Oliveira, Marcos Paulo Soares de Freitas, Márcia Regina Martins Lima Dias, Cláudia Maria Ferreira Nascimento, Edie da Silva Mattos e João José Amado Ramalho Júnior - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2003.
- 📖 **Número 10** - Sistema de informação estatística e a sociedade da informação / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 11** - Indicadores para a agropecuária - 1996 a 2001 / Julio César Perruso, Marcelo de Moraes, Duriez, Roberto Augusto Soares P. Duarte e Carlos Alfredo Barreto Guedes - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária, 2003.

- 📖 **Número 12** - A Unidade de Metodologia e a Evolução do Uso de Amostragem no IBGE, 2003 / Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2003.
- 📖 **Número 13** - Estimando a Precisão das Estimativas das Taxas de Mortalidade Obtidas a Partir da PNAD / Pedro Luis do Nascimento Silva e Djalma Galvão Carneiro Pessoa. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004.
- 📖 **Número 14** - A Qualidade na Produção de Estatísticas no IBGE / Zélia Magalhães Bianchini. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2004
- 📖 **Número 15** - Calibration Estimation: When and Why, How Much and How / Pedro Luis do Nascimento Silva . - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 16** - Um panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002 / Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 17** – Processamento das Áreas de Expansão e Disseminação da Amostra no Censo Demográfico 2000 / Ari Nascimento Silva, Luiz Alberto Matzenbacher e Bruno Freitas Cortez. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 18** – Fatores de correção para o registro de nascimentos utilizando registros tardios segundo os grupos de idades das mulheres - Brasil e Unidades da Federação - 1984-2001 / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque e Selma Regina dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 19** – O processo de Imputação dos quesitos de migração no Censo Demográfico 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque, Janaína Reis Xavier Senna e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 20** – Tábuas de Mortalidade por sexo e grupos de idade - Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980, 1991 e 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque e Janaína Reis Xavier Senna - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005
- 📖 **Número 21** – Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2001 e 2005/ Cristiane Soares e Ana Lucia Saboia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 22** – Estimação de Intervalos de Confiança para Estimadores de Diferenças Temporais na Pesquisa Mensal de Emprego / Mauricio Franca Lila e Marcos Paulo soares de Freitas - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento e Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 23** – Amostra Mestra para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Marcos Paulo Soares de Freitas, Mauricio Franca Lila, Rosemary Vallejo de Azevedo e Giuseppe de Abreu Antonaci - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 24** – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD / Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 25** – Pesquisas Agropecuárias por Amostragem Probabilística no IBGE: Histórico e Perspectivas Futuras / Coordenação de Agropecuária - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 26** – Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro: Reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 / Antonio de Ponte Jardim e Leila Ervatti - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 27** – Características da fecundidade e da mortalidade segundo a condição migratória das mulheres, com base no quesito de "data fixa" / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque,

Isabel Cristina Maria da Costa e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007

- 📖 **Número 28** – Utilização de Modelos para Estimar a Mortalidade Brasileira nas Idades Avançadas / Jorcely Victório Franco, Juarez de Castro Oliveira e Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 29** – Influência da mortalidade nos níveis de fecundidade da população brasileira e o intervalo médio entre duas gerações sucessivas - 1980, 1991, 2000 e 2005/ Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque e Maria Lúcia Pereira do Nascimento - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 30** - Família nas pesquisas domiciliares : questões e propostas alternativas / Rosa Ribeiro, Ana Lúcia Sabóia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 31** – Setor e Emprego Informal no Brasil - Análise dos resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais / João Hallak Neto, Katia Namir, Luciene Kozovitz, Sandra Rosa Pereira - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2008
- 📖 **Número 32** - Diferenciais de idade entre os casais nas famílias brasileiras / Cristiane Soares. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 33** – Estudos de modalidades alternativas de censos demográficos : aspectos de amostragem / IBGE, Diretoria de Pesquisas, Grupo de Trabalho de Amostragem, Estimção e Acumulação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009.